

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Ao décimo sexto dia do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, em formato *online* através de videoconferência, com acesso pelo [link meet.google.com/uyy-ndmw-hqc](https://meet.google.com/uyy-ndmw-hqc), deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais:** **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF):** Suplente — Kelly Letchakowski; **Secretaria de Desenvolvimento Social e Família (SEDEF):** Titular — Helen Crystine Mercer Caron; **Secretaria de Estado da Comunicação e Cultura (SECC):** Titular — Danilo Peres Buss; **Secretaria de Estado da Saúde (SESA):** Suplente — Rosane Souza Freitas; **Secretaria de Estado de Segurança Pública** Titular — Cláudio Marques Rolin e Silva; **Secretaria da Educação e do Esporte (SEED):** Suplente — Lucélio Helder Cherubim. **Conselheiros da Sociedade Civil:** **Cáritas Brasileira Regional do Paraná:** Titular — Marcia Terezinha Ponce; **Conselho Regional de Psicologia (CRP):** Suplente — Victoria De Biasso Klepa; **Serviço Pastoral dos Migrantes, Arquidiocese Curitiba** Titular — Adriana Maria Matias; **Cáritas Diocesana de Ponta Grossa** Titular — Laise Milena Barbosa e Suplente — Gislaíne da Rosa; **Serviço Pastoral dos Migrantes Francisco Beltrão:** Suplente — Euriceli Pagnussato; **Ação Social Irmandade Sem Fronteiras:** Titular — Rockmilys Basante Palomo. **Demais participantes da reunião:** Talita Sousa (OIM); Andréia Corat (SEJU/CODHC); Evlin Gamra (SEJU/CODHC); Matheus Mafra (NUCIDH); Juliano Hertzichen; Gabriela Sell Hugen; Rodolfo Eggers; Roselene Sonda (MPPR). **Justificativas de Ausência:** Não houve justificativas. **1. Abertura:** Inicialmente, Danilo saudou todos e todas e solicitou a Secretária Executiva, Andréia, para verificar o quórum para abertura da reunião. Após a verificação, Danilo deu início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR). **2. Apreciação e Aprovação de Pauta:** Danilo indagou se todos (as) receberam a pauta e gostaria de solicitar alterações ou inclusões. Sem manifestação, a pauta foi posta em votação — sem ressalvas, foi aprovada por unanimidade. **3. Aprovação da Ata de Dezembro de 2022:** Danilo questionou se todos (as) receberam a ata da reunião de Dezembro e caso fossem necessárias alterações, que se manifestem. Sem manifestação, a ata foi posta em votação — sem ressalvas, a ata foi aprovada por unanimidade. **4. Polícia Federal: Ofício sobre a convocação do MPF**

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

com relação ao acompanhamento das ações da PF sobre o atendimento/Declaração

de Concessão de Hipossuficiência: Danilo indicou que solicitou este ponto de pauta porque ele já foi objeto de discussão do Conselho nos meses de Agosto e Setembro, em relação às dificuldades que vinham sendo encontradas pelos migrantes junto à Polícia Federal, especialmente, nos procedimentos adotados pela PF para fins de declaração de Hipossuficiência. Na ocasião, o CERMA deliberou pelo envio de um ofício para a Superintendência da Polícia Federal para verificar de que forma que era dado esse atendimento. A PF respondeu que respeitam os trâmites de uma Portaria específica quanto aos procedimentos do atendimento como um todo e em relação à Declaração de Hipossuficiência da mesma forma. Porém, Danilo recordou que havia uma diferenciação com relação à forma de atendimento e não seguia os padrões, pois em cada atendimento, os (as) migrantes eram tratados de formas diferentes. Ainda assim, este assunto não foi novamente debatido nas três últimas reuniões do ano e nem teve uma definição de qual comissão poderia fazer o acompanhamento dessa pauta. Ao fim do mês de Dezembro, a Procuradora Dra. Indira Bolsoni Pinheiro (MPF-PRPR) encaminhou um ofício ao CERMA solicitando a presença do Conselho em uma reunião que aconteceria no dia 01/02/2023, entretanto, como o assunto não tinha tido continuidade nas discussões do CERMA, não foi possível comparecer. Por isso, Danilo solicitou novas consultas à PF para verificar de que forma estava sendo realizado este atendimento e seja possível dar uma devolutiva mais completa para o MPF. Em seguida, Rockmilys indicou que a Superintendência da PF foi alterada, porém, continuam a fornecer informações distintas para casos que são idênticos, de um dia para o outro, todas as orientações e exigências mudam. Portanto, Rockmilys sugeriu que fosse solicitada uma reunião com o (a) novo (a) Superintendente da Polícia Federal no Paraná. A seguir, Kelly complementou a fala de Rockmilys ao informar que esteve em reunião com a Polícia Federal em 2022 para tratar exatamente sobre esta questão, pois o CEIM estava enfrentando diversos problemas com relação às informações fornecidas durante os atendimentos. Para isso, foi firmado um Termo de Cooperação Técnica com a Polícia Federal para adequar essas informações, porém, ainda estava em andamento e enquanto isso seriam averiguadas as diferenças e os porquês dos (as) funcionários (as) repassarem essas informações. Um dos pontos levantados pela Coordenação da Migração na PF foi de que os (as) funcionários (as) da

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

“ponta” do atendimento eram terceirizados de Ensino Médio, ou seja, trabalham por um salário bem baixo e não ficam muito tempo, pois entram provisoriamente até encontrar um emprego melhor — as pessoas ficam de 03 à 06 meses. Portanto, a Polícia Federal elaborou um documento para que, quando o (a) migrante enviar ao CEIM para fazer sua documentação, indicar qual documento estava solicitando, o porquê e o nome da pessoa que a atendeu, para assim, caso a pessoa fornecesse uma informação errada, o atendimento seria encaminhado para a PF e eles informariam para essa pessoa o procedimento correto. Por isso, Kelly ressaltou que deveria acontecer um treinamento para os atendentes da “ponta” ou agilizar o processo para que o CEIM possa iniciar sua atuação na PF auxiliando nos trâmites dos atendimentos. Rockmilys sugeriu que fossem realizadas reuniões com o pessoal terceirizado para buscar estratégias de integração. Márcia indicou que seria interessante a Mesa Diretiva solicitar uma reunião com a PF e registrou que essa questão estava sendo debatida no Fórum, além de que, as dificuldades nas declarações de hipossuficiência foi apontada para a Prof^a. Tatiana — que assumiu a coordenação do Departamento de Migração do Ministério da Justiça. Por outro lado, o ponto trazido pela Kelly sobre a terceirização dos serviços na PF deveria ser levado ao âmbito do FONACERAM para identificar os impactos na vida dos (as) migrantes, pois há uma rotatividade, não há uma orientação clara ou processo formativo para o atendimento. Rockmilys complementou que, uma das PF’s mais fáceis de tirar a documentação é a do Paraná, apesar destes embargos, pois em outros estados estavam sendo relatados casos mais difíceis. A seguir, Adriana registrou seu contentamento por este tema ser pautado no CERMA, pois quem atende os (as) migrantes sabem a complexidade e os custos que se tem para ser atendido (a) na Polícia Federal. Por exemplo, a PF estava cobrando talões de luz e água de migrantes que moram em ocupações, algo extremamente difícil de conseguir devido serem várias casas em terrenos e os proprietários nem sempre cedem os documentos. Márcia provocou a Sociedade Civil para ocupar e fortalecer o espaço do CERMA, pois também é deles, ficar atentos (as) às questões para não tornar algo somente relacionado a Curitiba e que, enquanto Conselho, seja feito o monitoramento de todo o Estado do Paraná. Além disso, Márcia sugeriu que fosse encaminhado um ofício para o Ministério da Justiça fazendo essas colocações e pedindo qual seria o caminho de dialogo ideal a ser construído.

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Dr. Marques sugeriu a criação de um Procedimento Operacional Padrão (POP) para esse atendimento. Danilo registrou que deveria ser feita essa reunião com a PF local, mas também, encaminhar um ofício ao Ministério da Justiça — para a Unidade Técnica responsável — relatando essa situação de forma mais ampla, além de que, não seria uma questão de deliberação levar esse ponto para o FONACERAM porque, afinal de contas, cabe aos representantes do CERMA fazer essas discussões no Fórum. Laise destacou que em Ponta Grossa há uma boa relação com a PF. Gislaine reiterou que a Cáritas de Ponta Grossa tem uma boa parceria com a Polícia Federal e consegue conversar diretamente sobre qualquer empecilho nos atendimentos com migrantes. Adriana sugeriu que alguém responsável pela Assistência Social dos municípios na SEJU para participar da reunião com a PF, pois a porta de entrada de acesso aos direitos é pelos CRAS. Danilo informou que a Helen é a responsável pela temática comentada por Adriana. Portanto, foi definido que participaria a Mesa Diretiva, Márcia, Adriana, Helen, Evlin e Andréia. Apesar de ser um tema fora da pauta, Márcia solicitou que fosse feito um ofício acolhendo e agradecendo o trabalho do Gabriel Godoy, novo Coordenador do CONARE. Por fim, Danilo questionou se alguém teria alguma manifestação contrária aos encaminhamentos supracitados. Sem manifestação, colocou-os em votação — sem ressalvas, foram aprovados por unanimidade. **5. Formação para os Conselheiros, curso de preparo pela ESEDH e/ou Escola de Gestão:** Danilo informou que essa pauta foi trazida pela Gabriela e vem sendo debatida desde o ano passado para preparar os (as) novos (as) conselheiros (as) para as atribuições do CERMA. Para isso, foi pensada uma proposta para a Escola de Gestão, a responsável pela capacitação de servidores e cursos nas mais variadas áreas do direito administrativo, para que assim, fosse elaborada a capacitação de conselheiros (as) dos Conselhos de Direitos do Estado do Paraná. Rockmilys destacou que essa preparação é muito importante para os (as) novos (as) conselheiros (as) entendam o que é o CERMA, seu alcance e limitações, além disso, lembrou que sugeriu uma campanha publicitária para disseminar a existência do CERMA e de que forma ele atua nos direitos dos migrantes. Em relação a campanha publicitária, Danilo sugeriu que a proposta fosse elaborada pela Comissão de Comunicação — apesar do esvaziamento das comissões. Ademais, Danilo informou que houve uma reunião no início da semana com a Dra. Silva do DEJUDH e a presidência dos

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Conselhos de Direitos, onde inclusive, ele repassou algumas preocupações sobre essa temática de divulgação do CERMA. Rockmilys ressaltou a sua preocupação quanto a baixa participação dos (as) conselheiros (as) nas comissões apesar da alta demanda. Danilo sugeriu que fosse elaborado um ofício do CERMA para a coordenação solicitando providências quanto a cursos de formação para os (as) conselheiros (as) deste colegiado. Em seguida, colocou o ofício em votação e sem ressalvas, foi aprovado por unanimidade.

6. Informes: Roselene perguntou sobre o retorno das reuniões presenciais. Danilo indicou que a Dra. Silvia Xavier — que assumiu a Coordenadoria dos Direitos e da Cidadania (CODIC) — junto com o Diretor de Justiça, Dr. Caricati, convidou todos (as) os (as) presidentes dos Conselhos vinculados à SEJU para trazer as dificuldades e ter um conhecimento prévio de todos (as). Nesta ocasião, Danilo informou que pediu a retomada das reuniões presenciais, uma vez que, a ausência dos encontros presenciais prejudicam o trabalho das comissões, que por sua vez, prejudicam o trabalho as discussões deste colegiado. Porém, muito se depende dos Cartões Corporativos que estavam “parados” devido a reforma administrativa. Roselene também destacou que a qualidade das reuniões é prejudicada por serem totalmente virtuais, não havendo motivos para não serem realizadas presencialmente — no que diz respeito à saúde e a pandemia. Danilo indicou a possibilidade de realizar reuniões híbridas, tendo no mínimo as pessoas de Curitiba reunidas presencialmente, visto que, para trazer as (os) representantes do interior se faz necessários os Cartões Corporativos. Laise solicitou que, caso seja feita em formato híbrido, haja o cuidado com a captação do áudio de cada um (a) para não prejudicar a compreensão de todos os pontos e não acabe ficando ainda mais moroso que totalmente *online*. Andréia informou que houve substituição da suplência do Conselho Regional de Psicologia, agora, Victoria de Biasso Klepa é suplente em substituição de Rima Awada Zahra. A seguir, Andréia informou que o Vereador Rodrigo Reis solicitou sua participação como ouvinte das reuniões do CERMA. Em relação aos protocolos em andamento, Andréia informou que o protocolo de adequação de funcionamento do Conselho estava na AT no Gabinete da SEDEF no dia 20/12/2022, que trata da PL 497/2022 com relação à reforma administrativa. Danilo indicou que esse protocolo perdeu o objeto, pois já foi definida a pasta em que a política do CERMA deve ficar. Além disso, foi solicitado às secretarias a recondução ou novas indicações de representantes para o

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

CERMA em razão da reforma administrativa — a SESP e a Secretaria de Trabalho, Qualificação e Renda já responderam. Danilo informou que o FONACERAM se reuniu na semana passada para dar continuidade com relação aos Grupos de Trabalho — Saúde, Assistência Social e Crises Urgentes, Política Migratória, Educação e Trabalho e Cultura. A Sr^a Márcia ficou como integrante no GT de Assistência Social e Crises Urgentes e Danilo no GT de Trabalho e Cultura. A próxima reunião estava estimada para acontecer no mês de Abril ou Maio. Adriana informou que estava sendo preparado o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, repassando o convite para que seja divulgado entre todas as migrantes. Dr. Marques informou que foi recebida a Recomendação 01/2022 do CERMA a respeito da questão de migrantes, refugiados e apátridas que falecem no Brasil, havendo uma dificuldade muito grande de encontrar parentes. Então, quando alguém souber de algum refugiado, migrante ou apátrida que faleceu nessas condições que informem a SESP, pois estava sendo cumprida a recomendação do CERMA, comunicando o Ministério das Relações Exteriores e montando um dossiê de cada cidadão nesta situação, para que, se um dia, surgir parentes solicitando informações, saberiam exatamente onde o corpo está sepultado. Danilo informou que essa seria sua última participação no CERMA, pelo menos por enquanto, porque foi convidado a assumir o Palco Paraná, um serviço social autônomo vinculado a Secretaria de Estado da Cultura — a qual ele seria afastado para assumir o Palco Paraná —, por conta disso, não poderia mais fazer parte deste colegiado. **7. Encerramento:** Por fim, Danilo agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR). A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada por Andréia Maria Sanson Corat – Secretária Executiva – CERMA-PR.